

FEIRAS LIVRES DA AGRICULTURA FAMILIAR: O USO DAS TICs E O PAPEL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS FAMILY FARMING FAIRS: THE USE OF ICT AND THE ROLE OF PUBLIC SPACES

Autor(es) Eliziane Raquel Rauch Ceratti, Rejane Bolzan, Hieda Maria Pagliosa Corona
Filiação: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Email: elizianeceratti@alunos.utfpr; rejanebolzanlunkes@alunos.utfpr.edu.br; hiedacorona@hotmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT05. Agricultura familiar e relações de gênero no meio rural

Resumo

A relação das feiras da agricultura familiar com os espaços públicos a partir do uso das tecnologias da informação e comunicação, constitui tema deste estudo, que buscou compreender a feira livre como um espaço estratégico de resistência e resiliência da agricultura familiar considerando o uso dos espaços públicos e das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Utilizou-se entrevista semiestruturada aplicada a três feirantes, escolhidos de forma aleatória. Compreende-se que as feiras livres da agricultura familiar são estratégias para a promoção do desenvolvimento regional e da segurança alimentar, ao constituir-se como modo alternativo de produção e comercialização, sendo os espaços públicos importantes ferramentas para a viabilidade desse tipo de atividade. Os resultados demonstraram que a feira da agricultura familiar se caracteriza como uma importante alternativa de geração de renda para as famílias agricultoras e os espaços públicos e as TICs se constituem como instrumentos que viabilizam a realização dessa atividade, entretanto alguns entraves como a estrutura física e digital são aspectos que demandam maiores avanços e investimentos dos governos locais.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Espaços públicos. Feiras livres. TICs.

Abstract

The relationship between family farming fairs and public spaces through the use of information and communication technologies is the theme of this study, which sought to understand the open-air market as a strategic space for resistance and resilience for family farming, considering the use of public spaces and information and communication technologies (ICTs). A semi-structured interview was conducted with three randomly selected market vendors. It is understood that family farming open-air markets are strategies for promoting regional development and food security, as they constitute an alternative mode of production and commercialization, with public spaces being important tools for the viability of this type of activity. The results demonstrated that the family farming fair is characterized as an important alternative for generating income for farming families and that public spaces and ICTs are instruments that make this activity viable. However, some obstacles such as the physical and digital structure are aspects that demand greater advances and investment from local governments.

Key words: Family farming. Public spaces. Street markets. ICTs.

1. Introdução

A relação entre a agricultura familiar e as tecnologias de informação e comunicação no contexto dos espaços públicos, revela um campo de estudo em expansão e de grande relevância social. Entende-se por agricultura familiar a relação intrínseca entre trabalho, família e unidade produtiva (Lamarche, 1993; Wanderley, 1996). Para Wanderley (1996, 2003), a agricultura familiar tem um modo particular de adaptação às condições internas e externas em diferentes contextos, a qual emaranha uma complexidade de desafios, dentre eles, a sua capacidade de resistência e adaptação. Lamarche (1993), destaca que é essa capacidade de adaptação e sua diversidade de produção que mantém a agricultura de base familiar.

Embora autores do final do século XIX e início do século XX como Kautsky (1980), tenha alertado que devido às transformações ocorridas com a industrialização e a modernização

da agricultura, a agricultura familiar deixaria de existir pois seria tragada pelo modo de produção capitalista industrial. Para o autor com o avanço da mecanização e da lógica de mercado, os pequenos agricultores não resistiriam à competição com o capital agrário, levando à proletarianização do campesinato. No entanto, estudos sobre a diversidade da agricultura familiar e suas estratégias de reprodução social apontam para caminhos diversos, entre eles, as feiras livres.

É neste contexto, que este artigo se situa, pois tem como objetivo geral de compreender a feira livre como um espaço estratégico de resistência e resiliência da agricultura familiar considerando o uso dos espaços públicos e das tecnologias de informação e comunicação (TICs). A escolha da feira livre no município de Seara- Santa Catarina permitiu evidenciar em que medida as famílias agricultoras resistem ao modelo hegemônico de produção e, ao mesmo tempo, a luta por um espaço público para a realização de suas atividades.

Para a condução do estudo, optou-se pela abordagem qualitativa, pois essa permite compreender significados, percepções e experiências dos sujeitos a partir de seus contextos sociais e culturais (Minayo, 2001). A pesquisa baseou-se na revisão teórica com foco na agricultura familiar, nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e nos espaços públicos, temas interligados que se mostram relevantes para compreender as transformações no rural contemporâneo (Schneider, 2010).

A etapa empírica da pesquisa envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com agricultores-feirantes do município de Seara (SC), uma técnica indicada para captar tanto dados objetivos quanto elementos subjetivos das trajetórias e práticas sociais dos entrevistados (Minayo, 2001). As entrevistas foram posteriormente submetidas à análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), permitindo a categorização e interpretação sistemática das falas. A escolha dos sujeitos se deu de maneira aleatória entre os agricultores que participam das feiras locais, garantindo diversidade e espontaneidade nas respostas, como sugere Flick (2009) em pesquisas qualitativas com grupos sociais heterogêneos.

O artigo está organizado em cinco seções. Além desta introdução, na segunda seção discute-se aspectos sobre as feiras livres da agricultura familiar, o uso das TICs na agricultura familiar, e a importância dos espaços públicos para a promoção das feiras livres. Na terceira seção, descreve-se os procedimentos metodológicos para a realização do estudo e na quarta seção contém os resultados da pesquisa e discussões. Por último, registra-se as considerações finais.

2. As feiras livres da agricultura familiar

O meio rural tem se configurado há algum tempo a partir de uma nova perspectiva, deixando de ser exclusivamente agrícola, conforme aponta Silva (1997). Os agricultores familiares têm buscado diversificar a produção de alimentos, integrando com o turismo rural, a criação de agroindústrias, espaços de lazer e recreação, feiras livres, entre outros (Silva, 1997). Essa diversificação de atividades pode ser considerada uma estratégia de resistência e resiliência das populações rurais.

O debate sobre a agricultura familiar e suas formas de produção e reprodução continua em voga, onde a discussão sobre oportunidades de trabalho, renda, melhores condições de vida no campo e sucessão rural tem contribuído para que as pessoas excluídas da agricultura convencional se organizem em sua forma de produção e comercialização de maneira diferente com vistas à inclusão social e a viabilização de seus produtos.

A muitas vezes precária atenção do Estado para com a implementação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar faz com que as próprias famílias rurais encontrem alternativas de sobrevivência, sendo uma das possibilidades que as famílias rurais têm encontrado para se manterem no campo é a integração às feiras livres, na medida em que tenham

condições efetivas para tal inserção. Esse tipo de organização tem dentre suas funções a viabilização da venda direta de produtos locais para consumidores locais.

Via de regra são aqueles agricultores excluídos da “agricultura formal - capitalista” que buscam uma outra forma de sobrevivência e isso foi observado quando os feirantes da feira livre do município de Seara – Santa Catarina foram entrevistados.

Conforme aponta o estudo realizado por Schneider e Gazolla (2017), os sistemas agroalimentares globais provocaram o desenraizamento e a perda da conexão com sua base natural. Aspectos como a falta da procedência geográfica dos alimentos e a cultura alimentar adotada pelas pessoas, têm causado problemas como obesidade, má nutrição, fome, pobreza, impactos sobre o meio ambiente, recursos naturais e a exclusão social dos próprios agricultores. Assim, nos últimos anos, no Brasil, vem ganhando força fenômenos e processos de cadeias curtas de abastecimentos e redes agroalimentares (Schneider; Gazolla, 2017).

Ploeg (2008) destaca que os circuitos curtos de produção e comercialização representam uma importante forma de reapropriação dos mercados por parte dos agricultores familiares, rompendo com os canais tradicionais de distribuição dominados por grandes intermediários, redes de supermercados e indústrias agroalimentares. Para o autor, esses circuitos curtos envolvem relações mais diretas entre quem produz e quem consome, fortalecendo vínculos sociais, confiança e valorização da produção local. Trata-se de uma forma de “reter mais valor na unidade de produção” e de “reorganizar o mercado segundo princípios camponeses”, em contraste com os imperativos da globalização neoliberal (Ploeg, 2008, p. 236).

Segundo Ploeg (2008) os chamados circuitos curtos de comercialização “permitem que os agricultores escapem das cadeias dominadas pelo agronegócio, criando mercados alternativos nos quais há mais controle sobre os preços, as condições de troca e as relações com os consumidores.” (Ploeg, 2008, p. 236). Esses circuitos também contribuem para a autonomia dos agricultores, pois reduzem sua dependência de insumos externos e de mercados voláteis. Além disso, podem fortalecer a multifuncionalidade da agricultura familiar, ao conectar produção agroalimentar com turismo rural, agroecologia, saberes tradicionais e educação alimentar.

Ploeg (2008) enfatiza que essas práticas fazem parte de um processo de “re-campesinização” — ou seja, uma dinâmica pela qual os agricultores constroem formas alternativas de produção e reprodução social que desafiam a lógica hegemônica do capital agrário.

Dessa forma, as feiras livres como exemplo de cadeias curtas são estimadas, tanto pelos consumidores quanto pela comunidade científica. Esse fenômeno está ligado, principalmente, ao crescimento das discussões e do interesse por redes agroalimentares alternativas, ao reconhecimento da importância de comercializar alimentos locais, à maior integração dos agricultores familiares no mercado e ao foco em promover um desenvolvimento rural sustentável (Cassol; Schneider, 2017).

Assim, as feiras públicas, muitas vezes, situadas em praças e outros espaços urbanos, representam um dos exemplos mais significativos de apropriação de espaços públicos que fortalecem a economia local e estimulam a interação social. Essas feiras vão além de simples locais de comércio; elas são pontos de encontro onde a comunidade se reúne para trocar produtos, ideias e experiências, também servem como uma plataforma para pequenos produtores locais, especialmente os da agricultura familiar, que encontram nas feiras uma oportunidade essencial para comercializar seus produtos e alcançar um público mais amplo.

Nesse sentido, as feiras livres da agricultura familiar seguem em um “contramovimento” à direção que o desenvolvimento rural tem tomado nessas regiões em que há um forte incentivo à expansão do agronegócio da avicultura e suinocultura, como é o caso do município de Seara, localizado no oeste catarinense. Polanyi (2000, p. 98), define o contramovimento como “um movimento bem estruturado para resistir aos efeitos perniciosos

de uma economia controlada pelo mercado”. De modo semelhante, os feirantes e consumidores das feiras da agricultura familiar realizam o contramovimento como uma forma de sobrevivência e resistência.

As feiras livres de venda direta envolvem uma complexa rede de relações e modos de funcionamento que as definem como um mercado diferenciado. Nesse ambiente, consumidores e produtores interagem diretamente, por meio de encontros presenciais, possibilitando a circulação de valores sociais e culturais dentro dos territórios (Cassol, 2018). A interação entre produtores e consumidores cria um laço de proximidade entre ambos, e fortalece a confiança nos produtos locais criando uma conexão mais profunda com os agricultores e com práticas rurais sustentáveis (Cassol; Schneider, 2017).

Nas feiras, cidadãos de todas as idades e estilos de vida, encontram-se e realizam trocas culturais e econômicas, o que contribui para o fortalecimento do tecido social urbano e rural. Esse ambiente inclusivo é especialmente benéfico para comunidades marginalizadas e para produtores que, de outra forma, teriam dificuldade de acessar o mercado formal (Schneider, Gazolla, 2017).

Ao estabelecer contato direto com consumidores nas feiras livres, os agricultores familiares têm a oportunidade de empreender, explorar técnicas de marketing como o uso das TICs, por exemplo, e desenvolver inovações nos produtos e na forma de apresentação, o que contribui para aumentar o seu interesse para reverter o êxodo rural, garantindo que inclusive as novas gerações visualizem um futuro promissor no campo.

Assim, as feiras frequentemente incentivam práticas de produção orgânica e métodos de cultivo que respeitam o meio ambiente, o que contribui para a conscientização dos consumidores sobre o impacto de suas escolhas alimentares. Quando os consumidores escolhem comprar diretamente dos produtores, eles estão não apenas apoiando a economia local, mas também promovendo práticas de cultivo sustentáveis que beneficiam toda a comunidade (Cassol, Schneider, 2017).

Para Schneider e Gazolla (2017), as feiras livres expressam novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais.

Portanto, as feiras-livres se destacam como uma alternativa de organização econômica e social, funcionando como uma estratégia de resistência e como uma opção para os pequenos agricultores que estabelecem relações comerciais e socioculturais com os consumidores na medida em que preservam os estilos singulares de vida do meio rural, contribuindo o desenvolvimento local (Corona et al, 2018).

2. 1 O uso das TICs na agricultura familiar

A incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na agricultura familiar tem provocado transformações nas formas de produção, comercialização, acesso ao conhecimento e relações sociais. De modo geral, ela é uma estratégia que facilita o grau de comunicabilidade para os agricultores familiares. Esse processo, contudo, é marcado por desigualdades e desafios, especialmente quando se considera a heterogeneidade do campo brasileiro. O debate sobre os impactos das TICs no meio rural envolve múltiplas abordagens, entre elas o potencial de modernização, o risco de exclusão digital e as possibilidades de fortalecimento da agricultura familiar.

Segundo Santos e Bicalho (2021), “as TICs constituem um elemento estratégico para o fortalecimento da agricultura familiar, à medida que permitem maior acesso à informação, à assistência técnica e à comercialização direta, sobretudo em mercados institucionais e locais” (Santos; Bicalho, 2021, p. 115). Aplicativos de monitoramento, plataformas de comercialização

e redes sociais, por exemplo, são ferramentas que podem empoderar produtores rurais, especialmente os jovens, ao facilitar a comunicação e a integração com mercados e políticas públicas.

Por outro lado, autores como Silva e Barbosa (2018) alertam para os riscos de uma exclusão digital crescente no campo. Para os autores, “a ausência de infraestrutura adequada e a baixa capacidade de aquisição de equipamentos digitais criam uma barreira concreta para que os agricultores familiares usufruam dos benefícios prometidos pelas TICs” (Silva; Barbosa, 2018, p. 87). Isso configura a chamada “divisão digital rural”, um fenômeno que aprofunda as desigualdades sociais no acesso ao conhecimento e à inovação.

Nesse sentido, quando há políticas públicas de inclusão digital e formação, as TICs podem contribuir significativamente para o fortalecimento da agricultura familiar. Schneider (2010) argumenta que “as tecnologias devem ser apropriadas pelas famílias rurais de forma contextualizada, respeitando os saberes locais e promovendo processos de autonomia produtiva e organizacional” (Schneider, 2010, p. 39). Assim, o uso das TICs deve estar articulado a estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Nesse contexto, o papel da juventude rural ganha destaque. Como destaca Búrigo (2019), “os jovens rurais têm maior familiaridade com as tecnologias digitais e, por isso, podem atuar como ponte entre o conhecimento tradicional e as inovações contemporâneas” (Búrigo, 2019, p. 58). A presença da juventude no campo associada ao uso das TICs pode renovar práticas produtivas, ampliar os canais de comercialização e fomentar formas inovadoras de organização coletiva.

Contudo, o debate sobre TICs no meio rural também precisa considerar as estruturas de poder e as formas de apropriação tecnológica. Martins (2020) questiona o avanço da chamada agricultura digital ou “agricultura 4.0”, ao afirmar que “a crescente digitalização da produção tende a consolidar a dependência dos agricultores em relação a corporações que controlam os dados, as plataformas e os equipamentos” (Martins, 2020, p. 102). Isso gera novas formas de concentração de poder e exclusão, que podem afetar negativamente os pequenos produtores.

Em suma, o uso das TICs no meio rural tem suas particularidades. Se por um lado essas tecnologias oferecem oportunidades de inovação e fortalecimento da agricultura familiar conforme aponta Sansanovies (2020), por outro, podem reforçar desigualdades e aprofundar processos de exclusão. O desafio está em construir políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que promovam a inclusão digital, a autonomia dos sujeitos do campo, o protagonismo das juventudes rurais e o fortalecimento da agricultura familiar.

2.2. Os espaços públicos para a viabilidade das feiras livres da agricultura familiar

As feiras livres desempenham um papel central na comercialização dos produtos da agricultura familiar, especialmente em pequenos municípios. Elas funcionam como canais de venda direta que fortalecem a economia local, promovem a segurança alimentar e estreitam os laços entre produtores e consumidores (Santos et al., 2023). Além de seu valor econômico, as feiras também têm impacto social, promovendo vínculos comunitários e valorizando o saber local (Pereira; Brito; Pereira, 2017). A utilização de espaços públicos para a realização dessas feiras é fundamental para garantir sua viabilidade, pois proporciona acessibilidade, visibilidade e circulação de pessoas, beneficiando tanto quem vende quanto quem consome (Oliveira; Schneider, 2022). Tais espaços, por serem centrais e de fácil acesso, tornam-se estratégicos para fortalecer os circuitos curtos de comercialização e garantir que a população tenha acesso a alimentos frescos e saudáveis, produzidos localmente (Silva, 2022).

Nesse contexto, os espaços públicos são elementos fundamentais na organização territorial e na promoção de atividades sociais, culturais e econômicas. Moleiro et al. (2021) destacam que o espaço urbano é produto das relações sociais, moldado por dinâmicas econômicas, políticas e culturais. Para a

agricultura familiar, esses espaços representam pontos de visibilidade, pertencimento e circulação que contribuem para a valorização da produção local.

Nos pequenos municípios, os espaços públicos ganham ainda mais relevância, pois além de servirem como locais de lazer e convivência, também contribuem diretamente para o fortalecimento da economia local. A apropriação desses espaços decorre da interação entre seus aspectos físicos e as oportunidades socioeconômicas que oferecem (Moleiro et al., 2021). Praças, calçadas e ruas cobertas são exemplos de espaços públicos frequentemente utilizados para feiras, promovendo não apenas o comércio de produtos da agricultura familiar, mas também o artesanato e a produção local.

Nesse sentido, a realização de feiras livres em espaços públicos reforça sua função social e econômica. Oliveira e Schneider (2022) afirmam que esses espaços são essenciais para a viabilidade das feiras da agricultura familiar, pois permitem a criação de ambientes de encontro e trocas entre produtores e consumidores, promovendo relações de proximidade e confiança. As feiras, nesses locais, não apenas facilitam o acesso a alimentos frescos e saudáveis, mas também contribuem para a ocupação legítima do território urbano, fortalecendo o direito à cidade e à alimentação.

Além disso, Pereira, Brito e Pereira (2017) destacam que as feiras livres localizadas em espaços públicos centrais valorizam a produção agrícola local e dinamizam o cotidiano urbano por meio de atividades que integram economia, cultura e tradição. Dessa forma, o espaço público torna-se um vetor de identidade cultural e de inclusão produtiva, entretanto como observa Silva (2022) muitos desses espaços carecem de infraestrutura adequada, como cobertura, banheiros, pontos de energia elétrica e organização física, comprometendo tanto o conforto dos agricultores quanto a experiência dos consumidores. Essa situação revela a necessidade de políticas públicas que assegurem investimentos contínuos e planejamento urbano voltado à qualificação desses locais, reconhecendo-os como equipamentos multifuncionais essenciais.

De acordo com Grisa e Schneider (2014), políticas públicas voltadas à agricultura familiar devem considerar a valorização de espaços públicos como estratégia para consolidar circuitos curtos de comercialização. Esses autores reforçam que a relação entre Estado e sociedade civil é fundamental para a construção de políticas que garantam a permanência da agricultura familiar no meio rural, bem como sua presença ativa nos centros urbanos, por meio de feiras e mercados institucionais. Martinazzo, Zanella e Dal Pozzo (2022) argumentam que, para que as feiras cumpram plenamente seu papel de inserção econômica, é necessário que os espaços onde se instalam sejam pensados de forma integrada com a lógica da produção e comercialização familiar. Isso implica desde o planejamento urbano até ações de fomento à infraestrutura e capacitação dos feirantes, de modo a assegurar a continuidade e expansão dessas práticas nos territórios.

Silva e Barbosa (2018), observam que o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) também pode ampliar o alcance das feiras e fortalecer o uso dos espaços públicos, promovendo maior divulgação, organização logística e comunicação com os consumidores. A integração entre TICs e o uso qualificado dos espaços públicos pode ser uma alternativa para inovar a relação entre produtores e consumidores, valorizando ainda mais as práticas tradicionais da agricultura familiar no ambiente público. Pereira et al. (2017), salienta que a presença constante da feira em espaços centrais da cidade transforma o cotidiano urbano, criando rotinas e vínculos que fortalecem a identidade local. A feira passa a ser não apenas um espaço de comércio, mas de encontro, convivência e produção de memória coletiva. Nesse contexto, o espaço público revela sua potência enquanto palco de expressões culturais, práticas econômicas solidárias e promoção da soberania alimentar.

3. Percurso metodológico da pesquisa

A metodologia da pesquisa foi desenvolvida com base na abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos teóricos de Minayo (2016). A abordagem qualitativa permite uma investigação profunda das percepções, motivações e experiências dos participantes, a fim de compreender os significados e as dinâmicas sociais presentes nas interações humanas, valorizando a subjetividade e as particularidades do contexto estudado (Minayo, 2016).

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada aplicada a três produtores feirantes. As pessoas entrevistadas foram escolhidas de forma aleatória e demonstraram disponibilidade em fornecer as informações e dados requeridos. As entrevistas foram realizadas de forma online e ocorreram nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, segunda e terça à tarde, dia e horário em que os feirantes tinham tempo disponível para a realização da entrevista. Os dados foram descritos, analisados e interpretados com base em autores que discutem o tema em questão: Lamarche (1993), Wanderley (2003) Gazzolla e Schneider (2017), Cassol e Schneider (2017) e Gazzolla (2019).

Na análise das entrevistas recorreu-se à análise de conteúdo conforme proposto por Bardin (2011), e que segundo Minayo (2016, p.76), esse tipo de análise é um método de pesquisa que permite a interpretação sistemática e objetiva de mensagens, buscando identificar padrões e significados dentro dos dados coletados, pois “através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”.

Cumprir expor que o município de Seara está localizado na região Oeste do estado de Santa Catarina, marcado por características da agricultura familiar típicas dessa região do estado. O município possui área territorial de 309,627 km² (IBGE, 2022). A população estimada para o ano de 2022 é de 18.620 pessoas, sendo 14.005 residentes na área urbana e 4.615 na área rural (IBGE, 2022). O PIB per capita do município, em 2021, era de R\$66.924,22. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, o município possui 1.193 estabelecimentos, naquele ano (IBGE, 2017).

Figura 1. Mapa de localização do município de Seara – Santa Catarina



Fonte: IBGE, 2025.

Com relação à realização de feiras de produtos da agricultura familiar, existe apenas um ponto de realização neste município. Ela teve início em 2021 e acontecia no pátio do posto de gasolina Amigão no Bairro Industrial. A partir de setembro de 2024, foi disponibilizado espaço junto à praça pública municipal do Bairro São João e conta atualmente com a participação em média de vinte e cinco feirantes.

A feira da agricultura familiar em Seara (Figura 2), conta com o apoio técnico e organizacional da CREDISEARA (Cooperativa de Crédito Rural) e da EPAGRI (Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina). O SINTRAF STR (Sindicato dos trabalhadores de Seara e Região) e a AGRICOOPER (Cooperativa de produção e consumo familiar de Seara) são responsáveis pela parte documental dos feirantes. O poder público apenas cede o espaço da praça pública para a realização da feira cobrando taxas de alvará para o uso do local.

Figura 2. Espaço onde a feira é realizada em Seara/SC, com suas diversas barracas.



Fonte: Imagem cedida por um dos entrevistados.

Na figura 2 visualiza-se a feira da agricultura familiar de Seara (SC). Os agricultores comercializam seus produtos em ambiente aberto em tendas pois ainda não há uma estrutura fixa com cobertura para alojar os feirantes com seus produtos, dificultando o desenvolvimento da feira em dias de chuva podendo trazer uma perda significativa na venda dos produtos que são de curto tempo de prateleira.

Destaca-se também que há algumas normas estabelecidas entre os agricultores respectivos à organização, a produção e a comercialização dos alimentos, sendo que cada feirante deve produzir e comercializar o seu próprio produto, conforme atividades realizadas em suas unidades de produção, com vistas ao zelo pela qualidade dos produtos, a originalidade e o respeito entre os próprios feirantes.

4. Resultados e discussões

A partir do objetivo proposto neste artigo de analisar a percepção dos feirantes da agricultura familiar de Seara/SC sobre a estrutura física e digital dos espaços públicos disponibilizados para a realização das feiras da agricultura familiar, apresenta-se os resultados e discussões no item a seguir. Foram entrevistados três feirantes, com idades entre 45 e 68 anos, sendo dois homens e uma mulher. Todos atuam na feira desde sua criação, com produção diversificada, incluindo hortaliças, panificados e conservas. A experiência acumulada permitiu relatar com profundidade os desafios e avanços da feira.

4.1 Entrevista com os feirantes: análises e discussões

A entrevista analisada consiste em um roteiro de perguntas abertas e fechadas aplicadas aos feirantes da agricultura familiar, abordando aspectos relacionados à utilização das TICs e de espaços públicos para a realização de feiras. Os entrevistados (as) têm experiência significativa na feira, pois todos atuam como feirantes desde o início da feira da agricultura familiar em Seara (SC).

Um aspecto fundamental na coleta de dados é o grau da garantia de renda oriunda da comercialização dos produtos na feira, ou seja, a dependência econômica para o sustento do grupo familiar. Aproximadamente 60% da renda dos entrevistados é oriunda das feiras. Esse dado demonstra a importância e a relevância que a participação na feira assume para a garantia do sustento familiar e que a ampliação desses espaços possibilitaria a um maior número de agricultores o acesso à renda ou sua complementação. Destaca-se a necessidade de fortalecimento das feiras livres e de ações e estratégias que possam contribuir para que mais famílias rurais possam se integrar a esse tipo de atividade.

Pereira et al. (2017) analisa como as feiras livres são mercados importantes para a agricultura familiar, contribuindo para a geração de renda e fortalecimento da economia local. Da mesma forma, Martinazzo, Zanella e Dal Pozzo (2022) exploram como as feiras livres, enquanto cadeias curtas de produção, contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar, servindo como pontos de venda e fontes principais de renda para muitos agricultores.

Em relação à importância dos espaços públicos para as famílias feirantes, os entrevistados afirmaram que os espaços públicos são de extrema importância para a viabilização das feiras, pois conforme os relatos, sem os espaços públicos, as famílias feirantes encontrariam dificuldades em conseguir pagar pelo aluguel em espaços privados. Além disso, os feirantes conseguem fidelizar e divulgar os produtos na medida em que interagem diretamente com o consumidor. Nessa perspectiva, observa-se nas cadeias curtas agroalimentares, a possibilidade de as famílias rurais realizarem a venda direta ao consumidor sem intermediários, conforme salientam Schneider e Gazolla (2017). Observa-se também que quando o agricultor familiar se integra, a perspectiva da subsistência não é perdida, conforme aponta Wanderley (2003).

No que se refere aos espaços públicos, eles são bem avaliados pelos entrevistados quando há apoio da administração local. Algumas queixas dos feirantes referem-se a cobrança da prefeitura pelas taxas de alvará para o uso do espaço público e alguns obstáculos criados pelo poder público. Ao compararem com outros municípios, elencam vantagens como a boa localização do espaço onde acontece a feira e o número de habitantes do município. As desvantagens, destacam a questão do deslocamento dos feirantes até a feira e as taxas de alvará pagos para a utilização do espaço público. Um entrevistado relata o seguinte: “*muitas vezes o poder público desconstrói a estratégia por não ter sido idealizada por eles*”.

Observa-se que, o poder público além de contribuir de forma superficial para a promoção da feira, apenas “cedendo” o espaço público, ele ainda tenta desconstruir algo que é tão caro aos feirantes. Essa é uma questão relevante e que merece ser amplamente discutida. O poder público tenderia a ter uma relação mais próxima dos agricultores familiares se estivesse comprometido com a consolidação das feiras. Assim, ações, projetos e investimentos voltados às feiras da agricultura familiar poderiam ser vistas como resultado do esforço coletivo dos agricultores feirantes, das instituições e do poder público local. Entretanto, no caso da feira livre de Seara, as cooperativas, empresas de assistência técnica e sindicato são os articuladores e viabilizadores das feiras juntamente com os agricultores. Percebe-se a ausência do Estado nessa questão.

Na sequência, a infraestrutura do espaço público onde a feira é realizada precisa de avanços, há demandas recorrentes por melhorias em itens como cobertura, telhado, iluminação, banheiros, cadeiras, bancos, mesas para os visitantes, falta de local para armazenagem dos produtos, ampliação de estacionamento, som, internet estável, pontos de energia, pois apenas um funciona. Uma das feirantes relata que “*Hoje estamos instalados em tendas, já solicitamos uma cobertura permanente e demais estruturas necessárias*”. Percebe-se, nessa questão, que existe uma lacuna de investimentos do poder público municipal para a melhoria das feiras como a infraestrutura física e suporte tecnológico no local. Gazolla (2019, p.12) destaca que “ao Estado parece fundamental que o mesmo além de mexer nas regulações dos alimentos seja proativo no apoio as iniciativas que funcionam como cadeias curtas”.

Sobre o impacto da migração do espaço privado para o espaço público, os feirantes pontuam que estar em um espaço público trouxe maior visibilidade e sentimento de pertencimento para os feirantes. Esse sentimento de pertencimento relatado pelos feirantes corrobora a análise de Pereira et al. (2017), que destacam as feiras como importantes espaços simbólicos e econômicos da agricultura familiar, reforçando os laços comunitários e a identidade rural em contextos urbanos. Um dos feirantes relata que essa mudança impactou no *“aumento de público, a sensação de estar em um local próprio, nosso, a sensação é de que finalmente encontramos o nosso cantinho, o nosso lugar”*. É marcante o fato da importância dos espaços públicos para a promoção das feiras da agricultura familiar.

A mudança das feiras da agricultura familiar de locais privados para o espaço público trouxe efeitos significativos para os feirantes e para a comunidade. Ao ocupar áreas centrais da cidade, esses eventos ganham maior visibilidade, o que contribui para o aumento do público e para a valorização dos produtos locais. Mais do que um simples deslocamento geográfico, essa transição fortalece o vínculo dos produtores com o território, despertando neles um sentimento de pertencimento e reconhecimento social. Oliveira e Schneider (2022) destacam que a presença das feiras em espaços públicos é fundamental tanto para a geração de renda dos agricultores quanto para garantir à população o acesso a alimentos saudáveis e com preços justos. Além disso, a utilização desses espaços reforça seu papel como ambientes de convivência, troca de saberes e construção de laços comunitários, tornando-os elementos centrais na vida social e econômica dos municípios.

Segundo Cassol e Schneider (2019, p.200), as redes agroalimentares alternativas, como por exemplo, as feiras, *“têm a capacidade de aproximar relações de produção, consumo e comercialização de alimentos através da análise das redes conformadas por distintos atores e instituições que se unem para construir respostas às formas hegemônicas de produção alimentar”*.

Outro ponto pesquisado foi o uso das TICs. Os feirantes utilizam frequentemente a tecnologia da informação e comunicação, como as redes sociais e aplicativos para promoverem suas vendas (WhatsApp, Facebook, Instagram, Goomergo). A entrega dos produtos ocorre predominantemente na feira, com localização enviada por mensagem. Segundo relatos, os feirantes estabelecem importantes contatos com os consumidores, antes e após a venda, o que tem potencializado sua comercialização. Observa-se como a agricultura familiar usa as tecnologias da informação e como isso tem sido uma estratégia de fortalecimento da comercialização pois as TICs contribuem para melhorar a gestão e a produção na agricultura familiar, além de fortalecer a inclusão social e produtiva dos agricultores.

Entretanto, o uso efetivo das TICs na agricultura familiar ainda é limitado, principalmente devido a fatores como acesso, conforme os entrevistados apontaram. A disponibilidade de sinal de internet no espaço onde ocorre a feira é fundamental para a finalização da comercialização e a comunicação com os clientes. Essa mesma dificuldade foi apontada pelo estudo realizado por Sanssanoviez (2020), a revelou que, embora as TICs ofereçam oportunidades significativas para os agricultores familiares enfrentarem os desafios do mercado atual, o acesso a essas tecnologias ainda é limitado devido a deficiências na infraestrutura tecnológica das áreas rurais estudadas. Em alguns casos, mesmo com investimentos elevados, os agricultores não conseguem acessar serviços eficientes ou utilizar adequadamente a internet.

Na relação com o poder público, o apoio não é constante, está relacionado com a gestão que possui rotatividade, com participação direta do poder público que impulsiona ou prejudica a feira existente. Para Gazolla (2019), o poder público exerce papel importante na viabilização da promoção das cadeias curtas. O autor sugere a incorporação dessa temática em sua agenda de discussões e propõe ações que revisem a legislação alimentar aos agricultores familiares, a

criação de políticas públicas de apoio à produção e comercialização das cadeias curtas, neste caso, das feiras, melhorias nas políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural.

A ausência de apoio estruturado do poder público indica a necessidade urgente de políticas que articulem os diferentes setores da administração municipal. A implementação de conselhos locais de comercialização ou fóruns participativos entre feirantes e gestores públicos pode ser um caminho para garantir maior escuta e ações mais efetivas.

Portanto, as análises realizadas com os feirantes revelaram achados importantes sobre as dinâmicas do mercado local, os desafios enfrentados no dia a dia, principalmente em relação ao poder público, o uso das TICs e as estratégias utilizadas para a promoção e sustentabilidade de seus produtos. As discussões aqui apresentadas ilustram não apenas as realidades econômicas e sociais desses agricultores, mas também suas visões sobre o futuro da agricultura familiar. A partir desses dados, é possível identificar áreas de melhoria e estratégias que podem contribuir para o fortalecimento dessa importante cadeia produtiva. As conclusões obtidas servirão como base para futuras investigações e possíveis intervenções que visem a valorização e o apoio a esses profissionais essenciais para a economia local.

5. Considerações finais

O artigo teve como objetivo compreender a feira livre como um espaço estratégico de resistência e resiliência da agricultura familiar considerando o uso dos espaços públicos e das tecnologias de informação e comunicação (TICs). As feiras da agricultura familiar são apontadas como instrumentos importantes para a geração de renda, interação social, promoção de práticas tradicionais e a promoção do desenvolvimento regional.

Os estudos sobre as feiras da agricultura familiar podem ser explorados de diferentes formas: a importância dos espaços públicos para a viabilidade das feiras de agricultura familiar, a existência de espaços para a comercialização de produtos não industrializados, a busca por alimentos com identidade cultural, a contribuição social e econômica das feiras no que se refere a geração de renda para os agricultores e a possibilidade dos consumidores urbanos terem acesso à produtos produzidos e comercializados diretamente com os produtores.

A viabilidade de espaços públicos para as feiras de agricultura familiar reflete diretamente no desenvolvimento regional a partir da inclusão social de agricultores familiares à margem do modelo hegemônico de produção. Ao viabilizar esses espaços, proporciona-se circuitos curtos de comercialização.

A análise evidenciou que os espaços públicos são essenciais para a viabilidade econômica e simbólica das feiras livres da agricultura familiar. Esses espaços garantem acessibilidade, visibilidade e sentimento de pertencimento aos feirantes. Apesar do uso crescente das TICs como apoio à comercialização, a exclusão digital e a precariedade da infraestrutura física comprometem o pleno aproveitamento dessas ferramentas. Além disso, a relação limitada com o poder público local se apresenta como um entrave ao desenvolvimento das feiras. Reforça-se, assim, a necessidade de políticas públicas integradas que articulem infraestrutura rural, urbana e digital, fortalecendo os canais curtos de comercialização.

Os resultados mostraram que as feiras possibilitam a interação direta entre produtores e consumidores, reduzindo custos de intermediação e fomentando a economia e o desenvolvimento local. Como analisado na pesquisa, os espaços públicos desempenham um papel importante na realização dessas atividades, especialmente porque oferecem visibilidade e acessibilidade aos produtores, como o exemplo de Seara (SC). Contudo, os entrevistados apontaram deficiências na infraestrutura desses locais, como falta de cobertura, iluminação adequada, banheiros e internet estável, o que limita o potencial das feiras. Também foi ressaltada a importância do apoio governamental, que se mostrou inconsistente e insuficiente em algumas questões, podendo prejudicar a consolidação e expansão das feiras.

O uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) foi identificada como um fator positivo, uma vez que os feirantes utilizam redes sociais e aplicativos para promover vendas e interagir com clientes. No entanto, a instabilidade do sinal de internet no local onde a feira é realizada foi mencionada como um obstáculo para a implementação plena dessas ferramentas digitais.

Destaca-se ainda que as feiras de agricultura familiar, quando apoiadas por uma infraestrutura adequada e políticas públicas consistentes, se tornam elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável, inclusão social e melhoria da qualidade de vida. Outro aspecto importante é que o oferecimento de oportunidades reais para pequenos agricultores, fortalece o tecido social e promove a conexão entre o campo e a cidade, sendo um fator de combate ao êxodo rural, visto que o impacto das feiras na comunidade vai além do aspecto econômico, promovendo a inclusão social, o resgate cultural e a valorização de práticas rurais tradicionais, essenciais para a preservação da identidade local. Além disso, observa-se o potencial das feiras livres em promover práticas sustentáveis, reforçando circuitos de produção-consumo locais com menor impacto ambiental e valorização da produção agroecológica.

De maneira geral, este estudo possibilitou aprender que a referida feira é um espaço que proporciona visibilidade para a agricultura familiar, sobretudo quando realizada em um espaço público local. A partir da socialização deste trabalho, espera-se contribuir com o campo de conhecimento ainda em construção acerca do uso das TICs na agricultura familiar e o uso dos espaços públicos como fator importante para a realização das feiras livres, por conseguinte, a valorização e importância destes espaços para a comunidade em geral. Recomenda-se a formulação de políticas públicas específicas voltadas à capacitação digital de agricultores, criação de editais para reestruturação física das feiras e integração das TICs nos serviços de extensão rural.

Quanto às limitações da pesquisa, cita-se a dificuldade em conseguir um número maior de entrevistados, pois alguns feirantes não puderam participar pois estavam realizando suas atividades durante a pesquisa. Para futuras pesquisas sugere-se um estudo profundo sobre o uso das TICs nas feiras da agricultura familiar, explorando como estas ferramentas podem melhorar a gestão dos espaços públicos e facilitar a conexão entre feirantes e consumidores.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BÚRIGO, Elisiane. **Juventude rural e novas ruralidades: inovação e permanência no campo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2019.

CASSOL, A. SCHNEIDER, S. **Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo / RS**. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CASSOL, Abel Perinazzo. **Instituições sociais e mercados alimentares tradicionais: barganha, preços, variedade, qualidade e consumo em feiras**. 2018. 297 f. Tese UFRGS. Porto Alegre. 2018.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa; VASQUES, Samuel Tafernaberry; GODOY, Wilson Itamar. **Dinâmicas socioeconômicas dos feirantes agricultores familiares de Chapecó (SC)**. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 23, n.1, janeiro-abril, 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GAZOLLA, Márcio. **O papel do estado e das políticas públicas para construção de cadeias curtas agroalimentares no Brasil**. Informe GEPEC, v. 23, n.2, p.102-120, 2019. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/21979/14787>

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, n. 1, p. 125–146, jan./mar. 2014. DOI: 10.1590/S0103-20032014000100007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>. Acesso em 11 de novembro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Tabela 9993 – População residente, por situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9923#resultado>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mapa de localização do município de Seara - SC. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 abr. 2025.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária: uma análise da agricultura capitalista**. Tradução de C. Iperoig. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. Disponível em: <https://1lib.sk/book/5844211/02b0e5/a-quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria.html>.

LAMARCHE, H. Introdução geral. In: LAMARCHE, H. et al. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 13-23.

MARTINAZZO, A. S.; ZANELLA, M. E.; DAL POZZO, D. **Feiras livres e produção de alimentos: os espaços públicos como dispositivos para o fortalecimento da agricultura familiar**. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 25, n. 58, p. 1–24, 2022. DOI: 10.47946/rnera.v25i58.9290.

MARTINS, José de Souza. **A sociologia da tecnologia na agricultura: controvérsias sobre a agricultura digital**. São Paulo: Contexto, 2020.

MINAYO, M.C.de S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MOLEIRO, C.; JORGE, F.; COSTA, M. C. **A produção do espaço urbano em cidades médias e pequenas: contributos para a leitura da cidade contemporânea**. *Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa, n. 43, p. 127-144, 2021. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/24926>.

OLIVEIRA, G. J. P.; SCHNEIDER, F. **Comercialização de circuito curto: um estudo sobre a feira livre da agricultura familiar em Canindé, Ceará**. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/54101>.

PEREIRA, M. A. F.; BRITO, J. N. P.; PEREIRA, A. G. **A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro, MG**. *Revista Ciências Humanas - UNITAU*, Taubaté, v. 10, n. 20, p. 67-72, dez. 2017. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/383>.

PEREIRA, M. A. F.; OLIVEIRA, L. T.; COSTA, J. A. **A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar.** *Revista Ciências Humanas*, v. 50, n. 1, p. 65–78, 2017.

PEREIRA, M. G. et al. **Espaços públicos e feiras livres: práticas de sociabilidade e economia solidária.** *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 265–285, 2017. DOI: 10.1590/2236-9996.2017-4012.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANSSANOVIEZ, Andressa. **Tecnologias de informação e comunicação (TICs) e a extensão rural: uma caracterização no contexto da agricultura familiar.** Dissertação. UTFPR. Pato Branco, 2020.

SANTOS, F. D. et al. **"Como que uma COVID longa": o efeito prolongado da pandemia sobre feiras livres da agricultura familiar de base camponesa em Porteirinha-MG.** *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 1, n. 112, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3051>.

SANTOS, Roberta P.; BICALHO, Ana Maria G. **TICs e territórios rurais: o uso das tecnologias digitais na agricultura familiar.** *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 55, p. 110-129, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/84499>

SCHEINDER, S. GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In. (org) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.** Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2017, P. 27-51.

SCHNEIDER, Sergio. **A construção de mercados e a sustentabilidade da agricultura familiar.** *Revista Agriculturas*, v. 7, n. 3, p. 35-39, 2010.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** *Revista Nova economia*, Belo Horizonte, 43-81, 1997.

SILVA, L. O.; BARBOSA, A. P. **Feiras livres e tecnologias digitais: relações entre comercialização, território e inovação.** *Revista Geográfica de América Central*, San José, n. 61, p. 1–20, 2018. Disponível em: <https://revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/10848>.

SILVA, M. S. **Agricultura familiar e comercialização: um estudo sobre as feiras livres no município de Cruz das Almas – BA.** 2022. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2022. Disponível em: https://ufrb.edu.br/gestaodecooperativas/index.php?Itemid=119&download=112%3Amaria-selma-dos-santos-silva&id=28%3A2023-2&option=com_phocadownload&view=category.

SILVA, Tereza C.; BARBOSA, João A. **Exclusão digital no meio rural brasileiro: desafios para a inclusão sociotécnica na agricultura familiar.** *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 13, n. 4, p. 84-90, 2018.

WANDERLEY, Maria de N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** *Estudos sociedade e agricultura*, v. 21, n. 10, p. 42-61, 2003.